

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Liberal Class.: 1362
Data 14/04/91 Pg.: _____

Dia do Índio: definição do governo sobre a Funai

Brasília (AE) — As comemorações da Semana do Índio, este ano, deverão marcar uma definição do governo sobre a situação da Fundação Nacional do Índio (Funai). Na sexta-feira (19), dia do Índio, o presidente Fernando Collor descerá a rampa do Palácio do Planalto acompanhado de 50 índios e anunciará medidas voltadas para a proteção da área dos índios lanomami, em Roraima. Apesar das tentativas do secretário Nacional do Meio Ambiente, José Lutzenberger de transferir a Funai do Ministério da Justiça para a sua secretaria, a Fundação deverá permanecer na área da Justiça. Parecer nesse sentido já foi apresentado pelo secretário da Administração, João Santana, ao presidente Collor.

Em pouco mais de um ano de governo, quase nada foi feito para melhorar a vida dos 235 mil índios assistidos pela Funai em todo o país. As demarcações de terras estão paradas, foram registradas 44 mortes violentas entre índios, além de invasões de suas terras. Pelo menos dois mil garimpeiros permanecem na área dos índios lanomami, em Roraima, enquanto 123 índios Macu e Tucano, do Amazonas, foram expulsos de um garimpo da região da Serra da Traira pelo Comando Militar da Amazônia. Os militares alegaram que se tratava de área de segurança nacional situada fora da reserva, mas o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) garante que o local faz parte da área indígena Pari Cachoeira III, localizada na faixa de abrangência do projeto Calha Norte.

Até sexta-feira, uma comissão interministerial deverá levar uma decisão final sobre a revogação dos decretos assinados no final do governo José Sarney que pulverizaram a área conti-

na, dos lanomami, transformando-a em 19 ilhas e duas florestas nacionais. Esta reivindicação foi feita durante uma tensa reunião na segunda-feira (08) no Palácio do Planalto por Lutzenberger. Há 30 dias o secretário ameaçou deixar o governo, caso os decretos não fossem revogados.

A área militar, desde o governo Ernesto Geisel, resiste a demarcação de uma área contínua, alegando razões de segurança nacional, por se tratar de uma faixa de fronteira. A área dos lanomami, principalmente perto da serra dos Surucucus, na fronteira com a Venezuela, é rica em ouro, cassiterita e outros minerais estratégicos. Já as entidades ligadas a questão indígena sustentam que, por trás de tudo, estão os interesses das grandes mineradoras.

Embora a Constituição de 1988 tenha dado prazo de cinco anos para a demarcação de todas as terras indígenas, dificilmente esta meta será atingida. Até agora, das 526 áreas indígenas existentes, 93 estão delimitadas, 136 homologadas e 60 regularizadas, representando 3,5 milhões de hectares. Esta situação agrava a situação dos conflitos.

É o caso, por exemplo, dos índios Guaraní Nhandeva e Caioua, no Mato Grosso do Sul. Há vários anos, de forma sistemática, estão ocorrendo suicídios entre estes índios. A principal causa é a falta de terra, invadida por latifundiários, obrigando os índios a se empregarem como mão-de-obra barata em usinas de álcool e fazendas. Pressionados também por seitas religiosas que agridem sua cultura, os Guaranis a partir de 1985, iniciaram uma onda de suicídios que já tirou a vida de quase 100 índios. A Funai só agora está acordando para o problema.